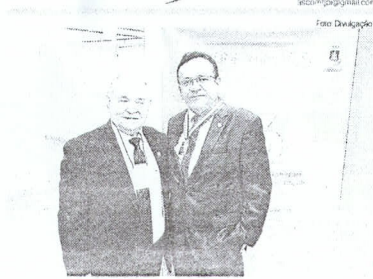


INFORME TJ PIAUÍ



Medalha

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (TJ-PI), desembargador Sebastião Ribeiro Martins, foi agraciado com a Medalha de Mérito da Magistratura, em alusão aos 410 anos do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJ-BA), o mais antigo das Américas. A honraria foi entregue durante o 116º Encontro do Conselho dos Tribunais de Justiça, que aconteceu entre 14 e 15 de março, em Salvador (BA).

Violência Doméstica

O Pleno aprovou, na mesma sessão, a criação da Medalha de Mérito do Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher - Juíza Regina Freitas, proposta pelo desembargador José James Pereira, coordenador da Coordenadoria da Mulher do TJ-PI, com "o fim de homenagear todos aqueles que hajam assinalado especial e relevante contribuição no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher".

Conselho

O 116º Encontro do Conselho dos Tribunais de Justiça foi encerrado com a divulgação da Carta de Salvador. O documento traz as principais deliberações dos presidentes dos Tribunais de Justiça de todo o Brasil durante o evento. Dentre elas, referir a necessidade de ajuste prévio entre os Poderes na elaboração da LDO, observados os precisos termos constantes na Constituição Federal; e apoiar iniciativas que digam respeito à inclusão social e à cidadania das pessoas com deficiência, diante do novo conceito de capacidade civil trazido pelo atual Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Súmulas

O Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí aprovou, na sessão administrativa ordinária do último dia 18, doze novas súmulas. Dentre os enunciados aprovados, estão: "É abusiva a cláusula contratual que exclui tratamento domiciliar quando essencial para garantir a saúde e a vida do segurado"; "É abusiva e ilegal a retenção de mercadoria pelo fisco como meio coercitivo de pagamento de tributos"; "A produção unilateral de prova pela concessionária de energia elétrica não é suficiente para autorizar a interrupção do fornecimento do serviço de energia elétrica".

Digitalização

O Núcleo Central de Digitalização da Corregedoria Geral de Justiça já está funcionando junto ao setor de distribuição de processos de primeiro grau da comarca de Teresina. Nesse primeiro momento, o Núcleo está auxiliando a digitalizando os processos físicos das unidades judiciárias da Capital, que está sendo feito tanto pela força de trabalho de cada unidade, quanto pelos servidores que compõe a Central.

Folgas-prêmio

Nas unidades, os servidores poderão contar com o benefício das folgas-prêmio, que serão proporcionais à quantidade de processos digitalizados.

Franz Centeanaro Alberti, com o CPF nº 945.547.401-00, torna público que recebeu junto à Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos - SEMAR - PI, a Licença de Renovação da Exploração para a Fazenda Astorgia VI, Lote - 66, localizada na Serra do Pirajá - Zona Rural do município de Currais - PI.

Franz Centeanaro Alberti, com o CPF nº 945.547.401-00, torna público que recebeu junto à Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos - SEMAR - PI, a Licença de Renovação da Exploração para a Fazenda Astorgia VI, Lote - 66, localizada na Serra do Pirajá - Zona Rural do município de Currais - PI. Causa fundada e pende do desmembramento do Processo nº 012601/2014.

PARCEIRO DO CONSELHO FISCAL

Os Membros Titulares do Conselho Fiscal da COOPERATIVA EDUCACIONAL COMPARE - COOPF - CNPJ 04.886.987/0001-44, no uso de suas atribuições que lhe conferem o Estatuto Social, reuniram-se em reunião ordinária no dia 11/03/2019, na Rua Brasil, 465 - Bairro Centro, em Alto - PI, para aprovar as demonstrações contábeis do exercício 2017, a qual atestamos sua regularidade e pertencimento com a situação patrimonial da cooperativa aprovando suas resoluções e recomendando à Assembleia Geral pela sua aprovação.

Altois (PI), 11 de março de 2019.

Sebastião Martins Ribeiro Martins - Presidente
Gonçalves Filho - Conselheiro Fiscal
Gonçalves Filho - Conselheiro Fiscal
Gonçalves Filho - Conselheiro Fiscal

PEC DO REMANEJAMENTO

Demitidos da Cepisa querem ser remanejados para o Estado

A Assembleia Legislativa realizou uma audiência pública, ontem (19), para tratar sobre as demissões na Cepisa desde que foi assumida pela empresa Equatorial Energia. Ao todo foram mais de 600 demissões voluntárias, além de outras 100 demissões, totalizando 703 demissões. O presidente da companhia, Nonato Castro, anunciou que terá mais demissões. O Sindicato dos Urbanitários quer que os deputados aproveiem uma PEC para remanejar os funcionários da Eletrobras para outros órgãos públicos do Estado.

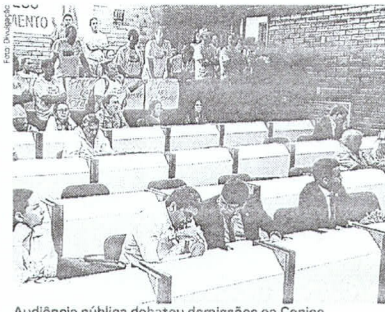
A Eletrobras leilou a Cepisa em julho de 2018, que foi adquirida pela Equatorial. Depois que assumiu o controle da empresa, o presidente da Cepisa, Nonato Castro, informou que a companhia precisava ser saneada e enxuta. E, para isso, foi instituído um programa de desligamento

voluntário (PDV).

"Nesses últimos dias pode ter sido interpretado que teve muita demissão. Mas essas demissões foram fundamentadas no PDV, que são as voluntárias. Os colaboradores acharam que essa era uma oportunidade interessante, até devido ao cansaço com os anos, já que tínhamos um quadro de pessoal que não é tão novo. A gente não vai encerrar aqui nessa primeira etapa e ter a demissão de outros funcionários", disse Nonato Castro.

O Sindicato dos Urbanitários alegou que a empresa tem feito pressão para que os funcionários peçam a demissão, inclusive os concursados. Os representantes dos trabalhadores pediram aos deputados para tentarem reverter a situação. Na audiência foi pedida pelos deputados Evaldo Gomes e Flávia Izabel.

Segundo os sindicalistas, a



Audiência pública debateu demissões na Cepisa

Cepisa não está respeitando as normas trabalhistas e nem um acordo coletivo de trabalho que tinha sido firmado ainda com a Eletrobras.

"O tema principal aqui é a demissão versus a má qualidade de serviço. Na medida que a empresa vem demitindo

de forma desproporcional, a qualidade dos serviços vem piorando. Nos últimos apogeu que aconteceram no Piauí, a empresa demora muito a normalizar", reclamou um dos dirigentes do Sindicato, Francisco Marques.

NO SENADO

Elmano diz que faltam recursos para fiscalizar a segurança de barragens

Por solicitação do senador Elmano Férrer (PODEMOS), a Comissão de Infraestrutura do Senado Federal debateu ontem (19) a aplicação da Política Nacional de Segurança de Barragens. Essa foi a primeira audiência pública, de uma série de três, realizada na comissão que envolve uma discussão sobre a atuação das agências governamentais na segurança de barragens, e teve como convidado Victor Hugo Froner Bicca, diretor-geral da Agência Nacional de Mineração (ANM).

Segundo Elmano, as audiências serão para debater a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB); as ações adotadas pelos órgãos fiscalizadores desde o acidente da Barragem do Fundão, em Mariana, até o recente rompimento da Barragem em Brumadinho; e a atuação da Mineradora Vale em relação à prevenção de acidentes de barragens e à reparação dos danos resultantes nos dois casos citados.

"Essas tragédias repetidas colocam em dúvida não apenas as barragens de mineração, mas toda a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), que inclui, além das barragens de mineração, as barragens para geração de energia elétrica ou outras atividades

e as barragens para disposição de resíduos industriais. Por essa razão, julgamos necessário ouvir as principais agências responsáveis pela atividade fiscalizatória segundo a PNSB", afirmou o senador.

Victor Hugo Froner Bicca, diretor da ANM, falou sobre a segurança das mais de 790 barragens de rejeitos de mineração que existem catalogadas no Brasil sob sua responsabilidade. Ele explicou o funcionamento do Sistema Integrado de Gestão de Segurança de Barragens de Mineração.

Elmano defende o endurecimento das regras para política de barragens. "Em dezembro passado apresentei o relatório de avaliação da Política Nacional de Segurança de Barragens, que desenvolvemos no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Dói perceber que Brumadinho, como Mariana, não foi um caso fortuito, uma fatalidade. Ambas eram tragédias anunciadas, foram resultado da negligência, da desídia. Nosso diagnóstico é claro: o Brasil possui uma Política Nacional de Barragens, disciplinada pela Lei nº 12.354, de 2010, mas esta política é inócua. Isso reforça a necessidade de uma ação coordenada entre Legislativo, Executivo e Judiciário, para



Senador Elmano Ferrer

que haja leis adequadas, fiscalização eficiente e responsabilização legal", destacou o parlamentar.

Senador Elmano Ferrer realizou em 2018 duas audiências públicas, em Brasília e Teresina, pela Comissão de Desenvolvimento Regional do Senado Federal para debater a temática da segurança de barragens. Ele

defende ainda que sejam destinados recursos para manutenção e recuperação, além de recursos humanos em casos de tragédias. Em 2009, a Barragem de Algodões, no município de Coaraci, no norte do Piauí, rompeu deixando nove mortos e centenas de desabrigados, marcando a vida dos moradores da região.

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 004/2019

OBJETO: TERMO DE PRECATORIO, TIPO MENOR PREÇO, PARA REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE OBRAS DE SANITÁRIAS E SANEAMENTO BÁSICO, EM ALTOIS - PI.

MODALIDADE: PREÇO PRESENCIAL

VALOR PREVISTO: R\$ 51.000,00 (QUINENTA E UM MIL SEISCENTOS E CINQUENTA E REAIS)

FORMA DE REGISTRO: Registro Presencial

DESTINATÁRIO: Serviço Saneamento de Água e Esgoto - SAAE

ABERTURA DA SEXTA-FEIRA, 20 de Abril de 2019, HORARIO: às 09h00min

LOCAL: Sala de Reuniões do Conselho Permanente de Licitação do SAAE/CM-PI, Setor de Licitação, situado na Av. José Paulino, n. 389, Centro, CEP: 64280-900, Centro, Campo Maior - PI.

LOCAL COMPLETO: Dispensível ao Sr. de Tribunal de Contas do Estado do Piauí, situado na Sala de Controle Permanente de Licitação do SAAE, no Município de Campo Maior - PI.

TELEFONE CONTATO: (0800) 2252-1213, em dias úteis, segunda a sexta-feira, no horário das 08h00 às 12h00 horas, a partir da data de publicação deste aviso.

Campo Maior (PI), 19 de Março de 2019.

CASSIO ANTONIO SARAIVA
Presidente do SAAE/CM-PI

Missa de 7º Dia
Oseas Osório e Rocha
81 de agosto a 14 de setembro de 2019

Nesta quarta, 20/03, às 19h, na Capelinha de Paz, localizada no cruzamento da Avenida Miguel Rosa com Rua Aron Lello.

Por mais este ato de fé e solidariedade vivida, a família agradece

185